

e a Apoio Semanal dos Supermercados "Pingo Doce" e ainda da Empresa de Distribuição Horto Simtra. Contribuem para que se verifique o equilíbrio no resultado líquido.

Concluída a análise destes Orçamentos Revisto 2015 e o Previsão 2016, aprovando todo o trabalho representado nos mesmos, este Conselho Fiscal dá o seu parecer favorável, sugerindo à Assembleia a aprovação dos referidos Orçamentos.

No segundo ponto agendado, avaliou-se um plano de acção proposto para o ano 2016, visto o aprovado no ano anterior contemplava o triénio 2015-2017. A Direcção apresenta algumas alterações no setor dos idosos, na promoção do Clube de Jovens e na divulgação da Instituição. Concluindo esta avaliação este Conselho Fiscal dá parecer favorável a estas alterações no plano de acção de 2016.

O Presidente - Patrícia Maria de Jesus Zacarias da Cruz

1º Vogal - Maria Luísa Capelo Cabrita

2º Vogal - 1ª Inês, a Fátima Loufio

Acta Nº 44

Parceiros do Conselho Fiscal

Aos doze dias do Mês de Abril de dois mil e dezasseis, reuniram-se os membros do Conselho Fiscal da Solami - Associação de Solidariedade e Amizade de Casal de Cambra, que nos termos da lei e dos Estatutos da Associação, vem submeter à apreciação da Assembleia de Associados o seu parecer sobre o Relatório de Contas da Associação, relativo ao Exercício do Ano de 2015.

Como primeira recomendação este Conselho solicita que a direcção da Associação disponha Dilige com maior antecedência os dados sobre os quais é solicitado o actual parecer (as presentes foram fornecidas com 3 dias de antecedência; normalmente a antecedência corresponde no mínimo a um período temporal superior ao prazo de agendamento, para que não exista a necessidade de re-agendar a apresentação quando existem dívidas).

Como segunda recomendação, os pareceres dos Conselhos Fiscais são emitidos face à análise de dois conjuntos de documentação indissociáveis,

a saber, Relatório De Actividades Do Ano em Análise e as Contas Correspondentes. É face ao cruzamento destes dados que a análise faz sentido.

Como terceira recomendação, solicita-se que o Formato de apresentação das Contas passe a reflectir todo o período de vigência eleita da direcção Associativa (ex: as Contas do Ano Fiscal de 2015 Seriam Hipoteticamente apresentadas comparativamente com as de 2014 e 2013). Os documentos apresentados somente realizam em alguns momentos essa comparação entre os anos Fiscais de 2014 e 2015. Complementando, deve existir um documento que compare as execuções entre si e os Orçamentos Correspondentes.

Chamamos a atenção dos associados para a variação crescente dos Custos com pessoal, que foi justificada com o incremento da T.S.U. no valor de 0,4%, associado a algumas indexações por fim contratual.

Ainda sobre este importante incremento dos Custos com pessoal, é importante referir que o Ano de 2015 teve um importante recrudescimento da "ausência ao trabalho".

Este facto merece desde já um especial elogio e recomendação de ser tomada como exemplo a gestão e o conhecimento obtido com a análise cuidada e técnica.

O valor negativo da execução do ano Fiscal de 2015, é também ampliado pelo facto da Associação ter suportado todos os custos inerentes a um aumento de frequências nas valências da CRECHE e PRÉ ESCOLAS S/Acordo, durante os últimos 4 meses do Ano, que somente eles, ultraparam o prejuízo em mais de 44.000.000 como foi comprovado documentalmente. Este valor foi reduzido na globalidade, face à boa e aputada gestão das outras valências.

Importa aqui informar os Senhores Associados, que foi apresentada a este conselho documentação comprovativa das insistentes tentativas

10

de compensação financeira junto do Instituto para a Segurança Social, pedindo alargamento de mais 11 crianças em creche e inscrição no pré-escolar, para fazer face a este previsível prejuízo.

— Existe a esperança de que este valor possa ser recuperado ainda durante o ano fiscal de 2016.

— De uma forma directa, as contas apresentadas não transparecem a explicação que acabamos de plamar.

— Como quarta recomendação apontamos a necessidade de se eventarem os períodos de análise a este tipo de documentos, sugerindo períodos quadrimestrais, o que permitirá um maior acompanhamento e suporte à decisão da direcção associativa.

— A assembleia geral lembramos que resultados como os que aqui são apresentados, na maioria das situações obriga à tomada de decisões drásticas de reduções de custos (nomeadamente no pessoal), coisa que não aconteceu, devido, e assim o aplaudimos, à criteriosa gestão.

— Salientamos ainda que em muitas das rubricas não vimos nos custos, reflectidos incrementos percentuais como os que podemos sentir nas nossas vidas particulares.

— A explicação para este facto existe e é de elogiar não só a gestão, mas também a execução, pois procura-se que muitos dos fornecimentos constantes e seus custos estivessem estáveis e pré-negociados anualmente (falamos aqui das compras em grupo no HOTELSHOP/SOCIAL SHOP).

— Salientamos assim que deve ser novamente elogiada a gestão no sentido de ter tido seu próprio preocupação de negociar quer com fornecedores quer com entidades públicas representantes do estado português.

— Lembramos, que sahemos este detalhe, não que o mesmo esteja directamente reflectido nos documentos pré-fiscais apresentados e que o mesmo deve constar do documento mencionado no início deste documento não apresentado "RELATÓRIO DE ACTIVIDADES"

ou num relatório de gestão.

Como Quinta recomendação salientamos que deve ser lembrado ao TOC que os documentos sobre os quais os Conselheiros Fiscais se pronunciaram devem estar já por si autenticados.

Pelo que nos foi apresentado como justificação às questões que levantámos, e lembrando que devemos ter um maior rigor comparativo, encurtando períodos de apresentação de contas, normalizando, agilizando processos e continuando a investir na automatização e simplificação de processos; lembramos que os resultados obtidos embora negativos, só o são na dimensão apresentada devido aos esforços constantes na negociação e pesquisa de condições sempre mais favoráveis à redução de custos; dizíamos, sugerimos que a assembleia aprove as contas agora apresentadas.

Elaborado em Casal de Cambre, os 12 dias do mês de Abril do ano fiscal de 2016, pelo Conselho Fiscal.

o Presidente - Fátima Maria de Jesus Jacarino da Cruz

1º Vogal - Luís Luís Capêlo Cabral

2º Vogal - Maria Fernanda g. Matos Costa